

Circuitos atlânticos das migrações: historicizando as migrações cabo- verdianas em dinâmicas do capitalismo na África

*Atlantic migration circuits: historicizing Cape Verdean
migrations in dynamics of capitalism in Africa*

ELIAS ALFAMA VAZ MONIZ¹

RESUMO

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa intitulado “Circuitos atlânticos das migrações”, que se debruça sobre as migrações cabo-verdianas. O projeto, de modo geral, desenvolveu reflexões sobre procedimentos que desvelam veredas e apontam sentidos da transformação histórica e os modos como diferentes sujeitos se situam no processo da cabo-verdianidade. Neste artigo eu faço um exercício de historicização das migrações cabo-verdianas ancorado aos desdobramentos e os efeitos do capitalismo na África. Para o seu desenvolvimento priorizei o universo de

¹ Nota da edição: adaptamos a ortografia ao português utilizado no Brasil.

publicações sobre as migrações em Cabo Verde. A partir de um exaustivo levantamento, procurei mapear as vivências migratórias de cabo-verdianos coagidos a encontrar formas de sobrevivência em outras paragens. Nos documentos mobilizados estão expostos os dilemas que pautam tomadas de decisões dos cabo-verdianos, referentes à partida para as experiências migratórias no estrangeiro, e as peripécias que marcam as suas vivências em países estranhos, patentes no silêncio e no descaso para com essas comunidades em instalação. Esse universo documental possibilitou uma antevisão das vicissitudes do cotidiano dos migrantes nos mais variados destinos das migrações cabo-verdianas. Problemas que, em meu entendimento, emanam do capitalismo que, em seus distintos modos de atuação, desestruturou modos de sobrevivências e processos relacionais consolidados em regiões como a África, forçando os seus habitantes a novas conformações em contextos bastante adversos. Corolário disso é que o conjunto dos países que integram essas regiões foram remetidos para a periferia das relações entre as nações.

Palavras-chave: Migrações; Cabo Verde; Capitalismo.

ABSTRACT

This article is part of a research project entitled Atlantic Migration Circuits. That looks at Cape Verdean migrations. The project, in general, developed reflections on procedures that unveil paths and point out meanings of historical transformation and the ways in which different subjects are in the Cape Verdean process. In this article I make an exercise in the historicization of Cape Verdean migrations anchored to developments and the effects of capitalism in Africa. For its deployment I prioritized the universe of publications on migration in Cape Verde. From an exhaustive survey, I sought to map Cape Verdean migratory experiences coerced to find ways to survive elsewhere. The documents mobilized show the dilemmas that underpin Cape Verdean decision-making regarding the departure of migratory experiences abroad, and the adventures that mark their experiences in foreign countries, which are evident in the silence and neglect of these new communities. This documentary universe made it possible to foresee the daily and daily problems of Cape Verdean migrants in the most varied destinations of Cape Verdean migrations. Problems that, in my understanding, emanate from capitalism that, in its different modes of action, has disrupted modes of survival and relational processes consolidated in regions such as Africa, forcing its inhabitants to new conformations in very adverse contexts. A corollary of this is that all the countries that make up these regions were sent to the periphery of relations between nations.

Key words: Migrations; Cape Verde; Capitalism.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de um projeto de pesquisa intitulado “Circuitos atlânticos das migrações” que se debruça sobre as migrações cabo-verdianas, financiado pelo Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África² em 2014. O projeto, de modo geral, concentrou discussões e reflexões sobre procedimentos que clarificam veredas

² Council for the Development of Social Science Research in Africa (Codesria).

e apontam sentidos da transformação histórica e os modos como diferentes sujeitos se situam no processo da cabo-verdianidade. Em termos de especificidade, aprofundou debates referentes à cultura e à diáspora cabo-verdianas; adensou conhecimentos sobre a amplitude do fenômeno cultural, de modo a facilitar o diálogo e o pluralismo cultural; desvelou os impactos da diáspora cabo-verdiana no desenvolvimento do país, a partir das múltiplas transformações que este fenômeno pode gerar em uma comunidade humana.

Nele eu faço um exercício de historicização das migrações cabo-verdianas ancorado aos desenvolvimentos e os efeitos do capitalismo na África. Para o seu desdobramento priorizei o universo de publicações sobre as migrações em Cabo Verde. A partir de um exaustivo levantamento³, procurei mapear as vivências migratórias de cabo-verdianos coagidos a encontrar formas de sobrevivência em outras paragens. Nos documentos mobilizados estão expostos os dilemas que pautam tomadas de decisões dos cabo-verdianos, referentes à partida para as experiências migratórias no estrangeiro e às peripécias que marcam as suas vivências em países estrangeiros, patentes no silêncio e no descaso para com essas comunidades em instalação.

Esse universo documental possibilitou uma antevisão de problemas do cotidiano e do dia a dia dos migrantes nos mais variados destinos das migrações cabo-verdianas. Problemas que, em meu entendimento, emanam do capitalismo que, em seus distintos modos de atuação, desestruturou processos relacionais em regiões como a África que, como consequência desse fenômeno, viu o conjunto dos países que a integram remetidas para a periferia das relações entre as nações.

Tal entendimento se escora, por um lado, nos aportes das teorias clássicas que utilizam o modelo atração/repulsão — *push-pull model* (RAVENSTEIN, 1885a; 1885b; 1889) — para explicar o fluxo de migrantes, que saem na expectativa de melhorar as suas condições de existência. No que se refere aos migrantes cabo-verdianos, em particular, uma análise atenta, a partir das condições existenciais de Cabo Verde, desvela um modelo que se apresenta alterado, de “atração-repulsão” para “repulsão-atração”, em que as condições de existência (desenvolvimento econômico e social) impeliriam os seus habitantes para a emigração. Este raciocínio tem passado à margem das considerações das teorias das

³ Livros, folhetos, relatórios produzidos por entidades nacionais e internacionais, jornais, documentos governamentais, documentos resultantes de seminários, congressos, *workshops*, fóruns versando sobre as migrações ou a elas referentes, todos eles disponíveis nos arquivos e bibliotecas cabo-verdianas, quais sejam: Instituto de Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Biblioteca Nacional e nos acervos do Observatório das Migrações do Instituto das Comunidades.

migrações que propendem para relativizar a relevância das motivações de repulsão em prejuízo de uma maior atenção às razões de atração.

O recurso — velado ou manifesto — às explicações subjacentes a essas teorias de repulsão-atração para entender processos migratórios cabo-verdianos é, amiúde, utilizado em estudos realizados sobre as migrações cabo-verdianas. Um bom exemplo é o estudo patrocinado pelo Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (1998), que busca identificar as razões que podem explicar as migrações cabo-verdianas: uma das conclusões do estudo aponta como causa principal para as migrações internas e externas a precária situação econômica⁴ do país, que tem impellido os seus habitantes a, cada vez mais, procurar em outras realidades a resposta para os problemas econômicos e sociais que o país enfrenta.

Um conjunto de explicações apresentadas por entidades oficiais cabo-verdianas ou derivadas de estudos realizados por pesquisadores, cabo-verdianos ou estrangeiros, aponta as condições ambientais (clima), socioeconômicas — que em grande parte resultam da longa experiência colonial, no entendimento de boa parte dos que se debruçam sobre a problemática das migrações em Cabo Verde — como as maiores responsáveis pela grande onda migratória que pautou e ainda pauta a vivência dos cabo-verdianos. Essas alegações encontram suporte nas fundamentações clássicas das teorias migratórias.

Por outro lado, o meu entendimento de que o capitalismo desestruturou processos relacionais em regiões como a África se embasa nalgumas teorias das migrações internacionais que, estribando-se nas teorias da dependência⁵, vinculam a mobilidade da mão de obra a dinâmicas de investimentos econômicos, deixando a entender que a mão de obra migra de acordo com o fluxo do capital. No rol de pesquisadores que laboram no domínio das teorias migratórias internacionais, é de se enfatizar o trabalho de Saskia Sassen (SASSEN, 1988), ao advogar que a dinâmica do capital gera condições para uma maior mobilidade do trabalho. Conforme essa autora, na atualidade as migrações evidenciam sinais de que não podem ser fundamentadas apenas nas políticas migratórias, nem se elucidam por ancoragens a arquétipos de atração-repulsão. Segundo Sassen, o entendimento da lógica desses fluxos

⁴ O estudo apresenta algumas das condições que revelam a precariedade socioeconômica do país: “A natureza vulcânica das ilhas e a conseqüente carência de terras aráveis, a irregularidade das chuvas e as estiagens mais ou menos prolongadas, determinaram, desde cedo, a necessidade para o cabo-verdiano de procurar formas diversificadas de sobrevivência. (...) O sistema anacrônico de distribuição de terras, as crises cíclicas derivadas dos longos períodos de estiagem, o abandono das terras em busca de outras soluções e o desemprego forçaram o cabo-verdiano a interiorizar-se no fenômeno migratório que, talvez, viria a ser um dos escapes mais relevantes do homem e da sociedade cabo-verdiana (AHN, 1998, p.70).”

⁵ Numa primeira fase, essas teorias foram fortemente marcadas por um viés economicista.

obriga a considerar, nesse exercício, a correlação de forças capital internacional/fluxos de trabalho. Em síntese, Sassen busca encastelar a dimensão econômico-financeira do universal e descortinar desdobramentos do todo a partir dessa cambiante, empenhando-se em desvendar os impactos dos incrementos econômicos estrangeiros nas migrações de trabalhadores em determinadas regiões.

Respalhando esta tese numa abordagem das migrações para algumas cidades, como Nova York e Los Angeles, entre os anos 60 e 80 do século XX, Sassen trouxe para discussões a variante “investimento direto estrangeiro” — migração de capitais — como circunstância preponderante para dinâmicas de mão de obra. Do investimento direto estrangeiro derivou, conforme essa autora, uma fratura nos sistemas convencionais de trabalho, empurrando diferentes franjas populacionais para as migrações regionais ou de grande distância. Dessa fratura emergem cidades em cujo entorno se organizam, no presente, o poder econômico, o controle e uma administração polarizada; se comanda uma produção descentrada e gigantesca onde se disponibiliza uma enorme variedade de ocupações, por um lado, e, por outro, se geram novas demandas por mão de obra.

Semelhantes desdobramentos vinculam-se a reajustamentos operados na economia mundial nos últimos 20 a 30 anos, repercutindo na criação de um espaço “globalizado”, onde o fluxo de mão de obra se integra a outros fluxos, como os de bens, mercadorias, serviços e/ou informações. Assim, incorporado a uma mundialização da produção e do reajustamento da economia mundial, o investimento externo se torna uma das principais cambiantes para se compreender as dinâmicas migratórias internacionais, reitera Sassen.

Nota-se, entretanto, um paradoxo referente a episódios de emigração em países com elevados índices de crescimento e o aumento do desemprego nos principais países de destino migratório, como os Estados Unidos ou a Espanha. Tal paradoxo encontra explicação, conforme Sassen, na universalização das relações de mercado e na evolução das novas formas de produção, que têm levado a uma ruptura nas relações de emprego, tendo como resultado uma mundialização da produção. As migrações contemporâneas, como refere Sassen, estão diretamente vinculadas às modificações verificadas na economia, e estas, à expansão da indústria e da agricultura para exportação, que estão intimamente relacionadas com o investimento estrangeiro direto. Tal investimento tem arrastado novas franjas populacionais para as migrações regionais, interregionais e de longa distância. A mudança na ordenação do mercado de trabalho está, por outro lado, igualmente vinculada às transformações que também ocorreram na organização industrial. É o que Sassen define como ruptura da

estrutura tradicional do trabalho. A precarização de vínculos laborais e o ensejo para edificação de pequenos empreendimentos, por exemplo, possibilitam que os antigos sistemas de trabalho doméstico, artesanal e familiar se redefinam, frutifiquem e possam coabitar com a nova ordem econômica mundial.

A reorganização da economia mundial acarretou uma disseminação da economia informal, voltando aos modos de produção que abrangem a exploração, particularmente nas esferas laborais mais baixas e em grandes centros, abrindo espaço a renovações nos métodos de fiscalização e monitorização nos modos de produção, do trabalho e do emprego. Sassen dá conta da existência de uma densa rede de imbricados processos que têm, em seu entendimento, raízes em procedimentos econômicos de internacionalização de capital. Em suma, Baganha (2001, p. 140 *apud* Sassen, *op cit*) alerta para o fato de que “mais do que globalização, o que existe são processos de globalização imbricados e contraditórios, uns de caráter hegemônico, outros de caráter contra-hegemônico, e conseqüentemente de evolução não determinística”. Nesse âmbito, a imigração pode ser entendida como um conjunto de procedimentos que envolvem circunstâncias de diversas naturezas — políticas, econômicas, religiosas, culturais, ambientais etc — em cujo bojo o investimento externo direto não se configura como uma justificativa; ao contrário, é a própria conformação da nova ordem econômica, refeita pela concentração versátil, que gera determinadas circunstâncias para que dinâmicas migratórias se configurem como alternativas credíveis para pôr cobro às dificuldades que diferentes sujeitos vão encontrando em seus habitat de origem. Sassen deixa a entender que a afluência de capital externo é um importante impulsionador da migração por (a) promover a integração de novas franjas populacionais em dinâmicas laborais e o corte com a sistemática convencional de trabalho, gerando possibilidades de emprego a migrantes; (b) reconfigurar a nova força de trabalho industrial, com a entrada em cena de mulheres, o que se reflete, por seu turno, nas oportunidades de trabalho dos homens, tanto nas emergentes regiões industriais como na conformação convencional de trabalho; e (c) fixar as relações objetivas e ideológicas, muitas vezes de subordinação, entre os países em desenvolvimento e as economias avançadas — *locus* privilegiado de geração do grosso dos bens externos. Sassen advoga que os impactos da ocidentalização se refletem na criação de uma fileira de putativos emigrantes e, concomitantemente, colabora para que a migração seja vista como uma opção econômica.

HISTORICIDADE DAS MIGRAÇÕES CABO-VERDIANAS

O fenômeno das migrações é dos eventos mais marcantes da sociedade cabo-verdiana, acompanhando-a desde os seus primórdios e precedendo mesmo, em larga escala, a emancipação de Cabo Verde como país independente, nos finais do século XX. De modo que Cabo Verde se configurou num caso raro — quiçá único no mundo —, como um Estado internacionalizado à nascença. Daí que, para um melhor entendimento de processos migratórios cabo-verdianos na contemporaneidade, é preciso recuperar dinâmicas que remontam à segunda metade do século XV, quando os primeiros contingentes humanos começaram a ser deslocados para o arquipélago de Cabo Verde.

A partir de então, intensificaram-se os fluxos populacionais entre a costa da África e o arquipélago de Cabo Verde e entre estas e a Península Ibérica, num primeiro momento, e, posteriormente, para várias partes da América, no bojo de processos escravocratas — desencadeados com os descobrimentos portugueses — e migrações espontâneas (a partir do século XVIII), como saída para situações de crise que ciclicamente assolavam o arquipélago.

Essa matéria⁶ tem merecido ampla atenção da comunidade acadêmica cabo-verdiana de ontem e de hoje, que sobre ela tem realizado grandes reflexões materializadas nos mais diversos suportes, que estão a contribuir para recuperar as dinâmicas migratórias do país. As primeiras publicações sobre as migrações cabo-verdianas resultam de relatórios e/ou dados contidos em documentos oficiais produzidos por órgãos governamentais quer no período colonial e quer no pós-colonial, particularmente nos primórdios da independência do país.

Os principais impulsos fora do circuito oficial, de grande relevância para a compreensão do fenômeno migratório cabo-verdiano, advieram de um seletto grupo encabeçado por Carreira e Andrade. Esta última, ao analisar as razões subjacentes ao fenômeno migratório em Cabo Verde, advoga que a escassez de recursos naturais e as secas periódicas e constantes levaram sempre a população a emigrar. Andrade argumenta, em referência à historicidade deste fenômeno, que há, de fato, cabo-verdianos espalhados pelo

⁶ Na atualidade abundam estudos sobre os diversos fluxos migratórios cabo-verdianos, havendo, para aqueles que desejam aprofundar análises sobre essa matéria, muito por onde recorrer: de fontes oficiais, como os atrás referenciados, à extensa e rica obra de Carreira (1972; 1977; 1983), passando por autores como Andrade (1995), Évora (2007), Filho (1996), Marilyn Halter (1993) ou Richard Lobban (1995), Almeida (1978), à produção acadêmica mais contemporânea, que tem retratado e publicado estudos sobre esta temática sobre diversas formas, quer em suportes digitais, quer em suporte papel, em forma de artigos, em teses, dissertações ou trabalhos monográficos.

mundo inteiro que mantêm uma relação com o país, contribuindo assim para a manutenção da identidade nacional cabo-verdiana, podendo afirmar-se que a emigração aparece como um dado estrutural dessa sociedade (1995).

Andrade esboça um quadro explicativo do fenômeno migratório cabo-verdiano baseando-se nas suas características. Assim, considera que estas se diferem conforme os períodos, anteriores e posteriores à abolição da escravatura:

(...) até à abolição da escravatura, a emigração parecia representar para as populações livres e para aqueles que eram alforriados — mas privados do acesso à terra ou ao exercício de uma profissão livre — não somente um meio de assegurar a sua subsistência, mas também um meio de acesso à propriedade (através das remessas e/ou do regresso ao país), portanto, de mudança na hierarquia social. Após a abolição da escravatura (...) a emigração aparece mais fundamentalmente ligada, por um lado, à insuficiência das terras a serem-lhes concedidas e, por outro, ao processo de proletarização da massa de camponeses e artesãos livres que, com o andar dos tempos, se tinha constituído (1995, p. 181).

As duas circunstâncias acima referenciadas pela autora vinculavam-se às relações de produção existentes, que determinavam a concentração das terras nas mãos de uma pequena minoria e eram agravadas pela dominação colonial. No âmbito temporal, Andrade faz referência a uma corrente migratória para a Guiné-Bissau, o Senegal, os Estados Unidos, que designa de antiga, e uma moderna, que se inicia no dealbar do século XX.

Como explicita Andrade (1995, p. 181), desde 1466, ano em que o rei de Portugal autorizou o monopólio do comércio e do tráfico de escravos em toda a costa, do rio Senegal à Serra Leoa, a Guiné-Bissau foi declarada distrito dependente de Cabo Verde, e o movimento de população entre os dois países passou a ser contínuo.

Posteriormente, após a Conferência de Berlim (1885), os cabo-verdianos foram encorajados a emigrar para a Guiné para aí ocuparem postos em diversos escalões, tanto que entre 1920 e 1940 mais de 70% dos empregos públicos na Guiné-Bissau eram ocupados por cabo-verdianos ou seus descendentes (ANDRADE, 1995, p. 184). A emigração cabo-verdiana para o Senegal ocorre igualmente nesta época e subsiste, na sua forma antiga, até à segunda metade do século XX, comenta a autora.

Cabo Verde, entretanto, começa por configurar-se, ainda nos seus primórdios, como país de imigração uma vez que, quando da chegada dos portugueses, o arquipélago encontrava-se desabitado, acolhendo significativos contingentes humanos oriundos da Europa e da África, que, progressivamente, vão dar origem, após um longo processo de hibridização, a uma sociedade mestiça. No entanto, Cabo Verde passa rapidamente da

condição de país de imigração para país de emigração, devido a, conforme atrás referenciei, crises cíclicas que castigavam as ilhas, aliadas a um conjunto de outros fatores, desde logo uma má gestão dos poucos recursos existentes nas ilhas.

Esta dinâmica populacional, que marcou o percurso do povo cabo-verdiano ao longo da sua história, deu origem a comunidades cabo-verdianas espalhadas pelos cinco continentes, transformando o país, de acordo com vários autores — Filho (1996); Marilyn Halter (1993); Richard Lobban (1995), Almeida (1978); Malheiros (2001) etc. — em um caso à parte no que tange à diáspora contemporânea. Trata-se, conforme Cohen, de uma diáspora de trabalho, distinta de outras — mais significativas em termos quantitativos⁷.

É nesses moldes que se começa a urdir a história das migrações cabo-verdianas, cuja explicitação contribui para um melhor entendimento dos processos de formação de uma rede migratória que deu base a uma comunidade multinacional, ainda em construção, cujos desenvolvimentos analisaremos nos parágrafos abaixo. Uma história que se desdobra em momentos bem definidos, que, na generalidade, corroboram para a subsistência na atualidade de uma rede social de amparo a novos grupos de migrantes cabo-verdianos, favorecendo a integração destes em distintas realidades, propiciando um acúmulo de capital social coletivo, um “capital migratório cultural” (MASSEY et al., 1993, 449) que, de alguma forma, tende a perenizar estas dinâmicas migratórias e a robustecer a multinacionalidade das comunidades cabo-verdianas.

CICLOS DAS MIGRAÇÕES CABO-VERDIANAS

As migrações cabo-verdianas entre os séculos XIX e XX seguiram distintas rotas, em busca de novos destinos, engendrando redes em torno do Atlântico. Este processo migratório encera algumas particularidades. Desde logo, a natureza arquipelágica do país que originou correntes e rumos migratórios diferenciados conforme a(s) ilha(s) de proveniência, de tal sorte que determinadas proveniências conformam-se a destinos específicos.

Malheiros, em reflexões sobre as migrações cabo-verdianas e as comunidades migrantes, condensa as distintas latitudes compreendidas nesta rede migratória, particularizando as diversas rotas e destinos adotados por comunidades com origens diversas. Segundo esse autor, essa origem arquipelágica dos migrantes cabo-verdianos, que se refaz

⁷ Denominadas de *victim/refugee, imperial/colonial, trade/business/professional, cultural/hybrid/postmodern*, cf. Cohen, 1997, 178.

em destinos migratórios, também arquipelágicos, está na matriz do arquipélago migratório (2001).

No entanto, há que sinalizar que algumas das peculiaridades evidenciadas pelas migrações de cada uma das ilhas e/ou as particularidades reveladas pela bipolaridade geográfica — barlavento/sotavento —, em que o arquipélago se conforma, se diluem. Muitas das conexões dessa malha migratória, engendradas no decurso dos séculos XIX e XX, vincularam-se ao posicionamento estratégico das ilhas em entrecruzamentos com as trajetórias das marinhas mercantes europeias e norte-americanas que, de diferentes modos, regularam as opções migratórias cabo-verdianas. Casos, por exemplo, da corrente migratória que move os cabo-verdianos das ilhas da Brava e do Fogo em direção aos EUA — rota dos navios baleeiros — ou da onda migratória que leva os cabo-verdianos de Santo Antão e de São Vicente em direção à Holanda — rota dos navios de marinha mercante.

Os modos como os distintos movimentos migratórios eram encaminhados para os mais diversificados rumos estavam ancorados às ilhas de proveniência. Entretanto, o peso deste fator na escolha dos destinos migratórios diluiu-se significativamente após os incrementos verificados nos transportes e comunicações, que se tornaram mais eficientes. No entanto, tal fato não se traduziu no fim das conexões outrora instituídas, que continuaram a ter grande relevância na articulação das conexões internacionais.

As migrações cabo-verdianas no período de instalação do sistema colonial na África: finais do século XIX – inícios do século XX

As migrações cabo-verdianas são, por natureza, (trans)atlânticas. Mesmo as migrações internas, inter-ilhas, se configuram como tal e traduzem-se num afastamento em relação às origens, uma fase que, entretanto, se assemelha a uma migração rural-urbana.

A partir de uma abordagem retrospectiva, é possível distinguir alguns momentos que pautam as dinâmicas migratórias cabo-verdianas, sendo de realçar três deles que, pelos impactos, se sobressaem: um primeiro, que vai de 1900 a 1926, em que os EUA se destacam como o principal destino dos emigrantes oriundos não somente do arquipélago, mas também de países como Brasil, Argentina, Uruguai, Angola e Moçambique. Este ciclo é pautado, também, pela emergência de antigas colônias de Portugal, como S. Tomé e Príncipe, Angola e Guiné-Bissau, como destinos. Compõem este ciclo duas correntes migratórias distintas: uma para o norte e outra para o sul; um segundo momento, que compreende o período entre

1927 e 1945, no qual são notórias as dificuldades de entrada nos EUA como imigrante legal. Nessa mesma fase, a África se configura como alternativa, e países como Senegal, Guiné-Bissau, São Tomé e Angola começam a receber muitos emigrantes cabo-verdianos. Portugal também se transforma em importante destino para a emigração cabo-verdiana. Essa fase apresenta os seguintes principais indicadores: uma considerável contração no número de saídas e a aparição de novos itinerários migratórios, com o Brasil, a Argentina, Senegal ou Gâmbia, a serem os destinos priorizados pelos cabo-verdianos. Nessa fase a dinâmica migratória no interior do império colonial português continuou intenso; por último, uma terceira fase, que vai de 1946 a 1973, na qual países da Europa como Holanda, França, Luxemburgo, Itália e Suíça são os principais destinos. Uma característica marcante desta última fase é o aumento significativo do volume de imigrantes. Verifica-se, ainda nessa fase, a retoma da onda migratória para os EUA, reavivando a dinâmica iniciada no primeiro ciclo migratório. Essa fase pode ser subdividida em vários fluxos com características distintas: um primeiro em direção à Holanda; um segundo para Portugal; um terceiro para Itália; um quarto para outros países europeus; e um quinto fluxo que recupera dinâmicas migratórias de ciclos anteriores.

A primeira fase — a emigração para a América

Os finais do século XVII marcaram o início das migrações cabo-verdianas para os EUA. Antônio Carreira diz que a emigração cabo-verdiana para os EUA começa em fins do século XVII (1685 e 1700) com o emprego de pescadores de baleia cabo-verdianos nos baleeiros norte-americanos que acostavam inicialmente para se abastecerem no arquipélago (1977, p. 63).

Em reflexões sobre essa matéria, Carreira identifica uma primeira vaga migratória cabo-verdiana, a que ele denomina de corrente antiga, que se vincula à história da presença colonial portuguesa na África ocidental anterior à partilha do continente africano. Conforme o seu posicionamento, “sem o cabo-verdiano, dificilmente se teria penetrado tão profundamente nos rios e no mato e influenciado de modo tão significativo a vida social das gentes” (CARREIRA, 1983, p. 374).

A partir do século XVII começou-se a pescar a baleia nos mares de Cabo Verde e dos Açores, continuando esta a ser ainda hoje uma das actividades mais importantes nos dois

arquipélagos, enfatiza Carreira, que deixa a entender que a emergência de uma primeira onda migratória para os EUA está diretamente ligada à presença dos navios baleeiros americanos

(...) quando estes vieram aos mares do arquipélago à apanha de cetáceos. A procura de auxiliares das ilhas para a faina facilitou a entrada de cabo-verdianos na América. Tímida de início e circunscrita a reduzidos contingentes de homens, mais tarde tomou incremento (1977, p. 161).

De acordo com Carreira, as migrações cabo-verdianas apresentam características em comum com a emigração transatlântica portuguesa e, coincidentemente, com a emigração de outros povos insulares atlânticos, designadamente de açorianos para os EUA. Carreira refere-se a este fato, realçando que

a emigração espontânea dos cabo-verdianos para os Estados Unidos foi uma consequência direta da atividade dos navios baleeiros americanos nos mares do arquipélago. Outro tanto ocorreu, na mesma época, com a emigração açoriana para idêntico destino (1983, p. 77).

Paulatinamente, esta onda migratória temporária de cabo-verdianos para os EUA — auxiliares em barcos baleeiros — converte-se numa corrente migratória que vai se concentrando em cidades ao longo da costa norte-americana da Nova Inglaterra como Boston, Brockton, New Bedford, Providence, Pawtucket, ilha de Nantucket etc. Nesse período, o fluxo migratório de cabo-verdianos para os EUA supera, em muito, as migrações para outros destinos, como a Argentina, o Brasil ou o Chile, no continente americano; o Senegal ou Gâmbia, na África; e mesmo dentro do império colonial português, para destinos como Angola, Moçambique, Goa, Macau ou Timor.

A Costa Ocidental da África apresentou-se, ao longo dos tempos, como dupla saída para os migrantes cabo-verdianos. Por um lado, ela apresenta-se como destino final para grupos de migrantes que escolhem alguns países desta região; por outro lado, houve grupos migratórios de cabo-verdianos que tomaram esta região como trampolim para alcançarem outras paragens. Exemplos paradigmáticos disso são a Gâmbia e, particularmente, o Senegal, que serviram de ponte para destinos como os EUA ou a Europa. Portugal, nesta altura, não se apresenta como destino migratório apetecível para as franjas populacionais mais desfavorecidas; pelo contrário, são as elites cabo-verdianas que encaminham seus filhos para irem lá estudar.

Os EUA, como atrás referenciamos, apresentam-se como o destino preferencial dos migrantes cabo-verdianos, particularmente, e em larga maioria, os das ilhas da Brava, do Fogo e de São Nicolau. Com base no sistema de “carta de chamada⁸” e/ou da reunificação familiar, muitos foram os cabo-verdianos que partiram para os E.U.A, engrossando consideravelmente o contingente de cabo-verdianos neste país.

Os migrantes cabo-verdianos que chegavam aos EUA, na medida em que se enraizavam nesse país, desenvolviam redes solidárias que proporcionavam apoios aos conterrâneos que chegavam depois. A força dessas redes fica bem evidenciada na ascendência que os diferentes núcleos constitutivos da corrente migratória exercem sobre os que permanecem em Cabo Verde. França, também em exercícios reflexivos sobre esta problemática, refere que as remessas que os migrantes de certos destinos enviam às suas famílias servem de estímulo para seduzir seus conterrâneos para aquelas paragens, estando na base de novos fluxos migratórios. Estas, reforça França, são ainda alimentadas pela conhecida cadeia de solidariedade cabo-verdiana, através da qual os primeiros enviam cartas de chamada e dinheiro para as despesas das viagens de parentes e amigos (1992, p. 40).

Concomitante ao fluxo migratório transoceânico, transcorria outro fluxo que emanava do arquipélago de Cabo Verde e direcionava-se para outros territórios coloniais portugueses. Portugal, assim como outras potências coloniais europeias de então, incitou uma migração interna em conformidade com as demandas conjunturais de mão de obra numa ou noutra província. “Razões administrativas e econômicas, *levam*⁹ o poder colonial a¹⁰ encorajar¹¹ a mobilidade laboral no seio dos seus territórios, facilitando o movimento inter-regional através de acordos bilaterais” (GOULD *apud* MAKINWA, 1992, p. 66).

Em relação ao império colonial português, o que se observa na prática é uma imposição à referida mobilidade laboral, para responder aos seus anseios, lançando mão de decretos que, essencialmente, instituíam que aqueles que não pudessem prover o seu sustento poderiam ser deslocados para outro território ultramarino. Portugal tentava, com base nessa estratégia, antecipar eventuais problemas em suas colônias, deslocando pessoas de uma para outra de modo a trabalhar nas plantações de café, de cacau e de extração mineira, com grandes demandas de mão de obra, o que resultou na migração forçada de trabalhadores,

⁸ Documento enviado por um familiar residente nos EUA a outro em Cabo Verde, para a solicitação de visto junto das autoridades americanas em Cabo Verde.

⁹ Grifo meu.

¹⁰ Idem.

¹¹ No original o autor diz encorajou.

pretensamente contratados¹² — transformados em serviçais desprovidos de direitos — para outros territórios do ultramar português, nomeadamente para Angola, para a Guiné e para S. Tomé e Príncipe.

Segunda fase — a emigração para a África

Nessa fase, para além da emergência de rotas para a América do Sul, como atrás pontuei, recrudescer também o fluxo de migrantes cabo-verdianos no interior do império colonial português. As migrações cabo-verdianas, nesse período, dentro do império colonial português, assumiram distintas formas. Escudando-se num aparato jurídico que atribuía um cunho de “legalidade” às suas ações, os portugueses, de forma obstinada, alimentaram as deslocações de trabalhadores não qualificados na condição de “contratados” ou “serviçais” rumo às roças de café de S. Tomé e Príncipe, com efeitos catastróficos para esses migrantes, como se pode inferir de depoimentos de alguns descendentes de migrantes cabo-verdianos que foram encaminhados para essa colônia¹³.

Terceira fase — as migrações cabo-verdianas no período do declínio do império colonial português

A corrente migratória *moderna* teve início depois de 1946, ganhando maior intensidade no decurso dos anos 1960, como refere Andrade (1995, p. 189). A essa altura, o recrudescimento da pressão económica — que já vinha das décadas de 20 e 30 do século XX — e a política colonial portuguesa fizeram com que muitos portugueses fugissem para não cumprirem o serviço militar. Neste contexto, o governo, para responder à necessidade de mão de obra, encorajava os cabo-verdianos à emigração, concedendo facilidades para a sua instalação, afirma Andrade.

Mas ainda antes dos anos 1960, com as restrições impostas pelo governo americano à entrada de migrantes com baixa qualificação, nos inícios do século XX, os migrantes cabo-verdianos já procuravam novos destinos, como atrás referenci. As migrações cabo-

¹² Os contratos não passavam de meras formalidades, pois aqueles que os assinavam mal conheciam os seus termos e, nas condições em que se encontravam em Cabo Verde, sequer tinham margens de negociação com os patrões. Boa parte dos ditos contratados não sabia ler, nem escrever, não tendo, portanto, a dimensão da real situação que os esperava.

¹³ Para informações mais detalhadas sobre a situação desses migrantes, ver MONIZ (2015).

verdianas nesse período estão essencialmente marcadas por uma tendência que já vinha se evidenciando desde a segunda fase, que é a da consolidação do fluxo migratório para o Sul. Neste período verifica-se também um aumento da emigração para os países vizinhos do continente africano, designadamente para o Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia, tendência que já vinha da segunda fase, como atrás fiz referência, observando-se também um aumento do fluxo migratório para a América do Sul.

Nesse período, Portugal assume funções outrora desempenhadas por destinos como o Senegal e a Gâmbia que, ainda na primeira fase, serviam de trânsito para os migrantes cabo-verdianos em viagens para outros destinos, devido a questões burocráticas que os obrigavam, para emigrar legalmente, a permanecer em Lisboa durante um determinado período.

Assim, dos anos 1940 em diante, Lisboa transforma-se no ponto de passagem para outros destinos migratórios cabo-verdianos, sem deixar de ser um destino final para parte desses migrantes. No crepúsculo dos anos 40 do século XX, quando a emergente cidade-porto de Roterdã, na Holanda, se transforma no grande polo de atração das migrações cabo-verdianas, é Lisboa que passa a servir de nó de ligação para os cabo-verdianos que visavam chegar ao *eldorado* europeu.

Entre os anos 50 e 60 do século XX recrudescer também o fluxo migratório para a América do Sul, com particular destaque para o Brasil. Essa linha migratória colocava imensas dificuldades às migrações cabo-verdianas porque, por um lado, a rede migratória, em construção, não assegurava as necessárias garantias àqueles que dela dependiam e, por outro, a travessia transatlântica envolvia dificuldades. Tais dificuldades estão bem vincadas nas palavras de Andrade:

(...) com a lei das quotas, que veio a delimitar drasticamente a emigração para a América, o cabo-verdiano passa então a emigrar clandestinamente rumo à Argentina, ao Brasil e a outras terras da América do Sul. Esta emigração, porém, era muito arriscada na medida em que, ocorrendo com o total desconhecimento da tripulação dos barcos em que a mesma se verificava, o clandestino ao ser descoberto era preso, repatriado e, não raras vezes, até atirado ao mar (1998, p. 76).

Neste período o Senegal e a Gâmbia aparecem como destinos migratórios, em alternativa a São Tomé e Príncipe. A migração para estes novos destinos é clandestina. Andrade afirma que

(...) Embora com um registo de emigrantes para Dakar em 1904, é entre a segunda metade dos anos 20 até aos anos 50 que viria a estabelecer-se então uma outra corrente migratória, também clandestina, mas agora virada para o Senegal. Esta, apesar de clandestina, beneficiava da vantagem de ser preparada entre os potenciais concorrentes à emigração legal e os armadores, sendo assim clandestina somente no aspecto da fuga às formalidades e procedimentos administrativos e de fronteira (op. cit, p. 76).

Conforme considerações de Filho, sobre procedimentos migratórios cabo-verdianos (1996, 251), o Senegal representava naquele período um apetecível mercado de trabalho alternativo para os cabo-verdianos porque os colonos franceses recrutavam operários e outros artífices, oferecendo salários atraentes, que superavam os praticados em Cabo Verde e em São Tomé.

Este período encerra outra particularidade nas dinâmicas migratórias cabo-verdianas, que é a de registrar os primeiros fluxos migratórios femininos para Dakar. Emerge assim uma nova linha migratória, com vias alternativas — Dakar, Banjul, Bissau ou Lisboa — para atingir o destino migratório da moda, a cidade-porto de Roterdã, conforme atrás sinalizei.

A linha migratória para a região oeste africana desativa-se com a consolidação das redes migratórias para a Europa, particularmente, para Roterdã, porque as conexões entre Cabo Verde e os destinos europeus já se faziam sem a intermediação das cidades oeste-africanas, atrás sinalizadas.

As migrações no período pós-colonial: dos finais dos anos 70 do século XX aos inícios do século XXI

Com o fim II Guerra Mundial, as migrações cabo-verdianas recuperam alguma da dinâmica perdida no período entre guerras, tendo verificado um aumento da migração e diversificação de destinos migratórios. Este fluxo migratório, ainda em curso, dirige-se particularmente para a Europa, dele emergindo novas formas de internacionalização que se alarga por toda a extensão da rede migratória.

Conforme observações de António Carreira, o período que vai de 1946 a 1973 é pautado por um grande fluxo migratório. Segundo esse autor, o número de cabo-verdianos que deixaram as ilhas de forma espontânea ultrapassou os 140.000, à taxa anual de saída — pouco mais de cinco mil indivíduos — muito próxima da taxa de crescimento demográfico nesse período (1983, p. 128).

Entre 1946 e 1952, conforme dados apontados por Carreira (1982), 79% do fluxo migratório cabo-verdiano desenvolveu-se no interior do império colonial português. Desse universo, 58% tiveram como destino final Portugal. No decurso desse período, verificou-se uma redução significativa da migração cabo-verdiana para as Américas, do Norte e do Sul, devido às restrições resultantes das políticas de imigração implementadas nos países de acolhimento, desse continente. A emigração para a América do Sul, nesse período, caiu de forma substancial. De igual modo, o fluxo migratório para os EUA cai exponencialmente, não ultrapassando a casa da meia centena de indivíduos/ano.

A partir dos anos 50 do século XX, o número de cabo-verdianos que deixam o país volta a sofrer alterações, deixando de estar em sintonia com períodos anteriores. Entre 1953 e 1973, mais de seis mil indivíduos abandonaram o país anualmente, muitos deles procurando países fora dos limites do império colonial português — alguns que nasceram em outras províncias e/ou nascidos na metrópole.

As movimentações políticas que marcaram este período — movimentos independentistas emergentes na África e a própria instabilidade política vivida nas metrópoles europeias — condicionaram significativamente as migrações forçadas no interior do império colonial português, abrindo uma nova vaga de migração voluntária para a Europa, que se intensifica ao longo desse período. De acordo com Carreira,

o conjunto da emigração nos anos 1960-1970 reflete duas das suas características diferentes: uma, correspondente ao encaminhamento da [emigração] espontânea na sua quase totalidade para a Europa (via Lisboa); outra, correspondente à cessação, a partir de 1960 da [emigração] forçada, normalmente dirigida a S. Tomé e Príncipe. Essa cessação é precisamente uma consequência do incremento da corrente para a Europa, onde o trabalhador, mesmo sem qualificação profissional, passou a auferir salários elevados, em comparação com as magras remunerações estabelecidas em S. Tomé (1983, p. 132).

Não obstante as pressões que Portugal vinha sofrendo para pôr termo às migrações forçadas no seio do seu império, entre os anos 40 e 70 do século XX o número de cabo-verdianos que integram o fluxo migratório no universo português ultrapassa os 50 mil indivíduos.

A superação dos traumas das duas grandes guerras, no decurso dos anos 1950 e 1960, transforma a Europa num destino apetecível para os migrantes cabo-verdianos, cada vez mais estimulados pela conjuntura econômica favorável, com um mercado de trabalho ávido de mão de obra. A Holanda transforma-se em destino peivilegiado em expansão, com a Área

Metropolitana de Roterdã emergindo como região preferencial de fixação dos migrantes cabo-verdianos. Por seu turno, Portugal, nesse período, lança mão de um conjunto de medidas que visam atrair novos migrantes. Na mesma linha de atuação, França e Itália adotam políticas que contribuem para o ressurgimento de rotas migratórias, no primeiro caso, e emergência de novos destinos, no segundo.

Fruto desse clima favorável, no crepúsculo da década de 1960, quase dez mil cabo-verdianos encontram-se registados de forma legal em Roterdã, alguns milhares instalados em Lisboa e na região de Paris e várias centenas de mulheres na Itália, particularmente nas regiões de Roma e Nápoles. Roterdã e Lisboa apresentam-se, a partir dessa altura, como os principais centros de concentração dos migrantes cabo-verdianos na Europa.

As migrações cabo-verdianas para a Europa são fortemente marcadas pelo seu caráter faseado, com conexões por diversas etapas, numa transição entre a origem e o destino final. Já no período que antecede a Segunda Guerra Mundial, os fluxos migratórios cabo-verdianos, rumando à Europa, se realizavam por etapas, como sinalizei quando fiz referência às migrações para a costa ocidental africana. É de se recordar que os países da costa ocidental africana, casos do Senegal e da Gâmbia, assim como Portugal, nos anos 1960-1970, configuram-se como ponto de escala para as migrações cabo-verdianas, desempenhando papel relevante na redistribuição desses migrantes que faziam escala para os seus destinos finais.

Não obstante o grande manancial de estudos realizados sobre a temática das migrações cabo-verdianas, ainda hoje não se sabe ao certo quantos cabo-verdianos se viram enredados nesse processo. Configura-se como um exercício difícil de realizar, de acordo com o que nos diz Machado:

(...) a proporção de encaminhamento para países terceiros a partir de Portugal não é de desprezar, mas é muito difícil de contabilizar já que este encaminhamento é, muitas vezes, feito através dos circuitos de imigração clandestina. Por outro lado, muitas destas migrações tendem a ser circulares, de ida e vinda para Portugal, sem uma sazonalidade definida em função das oportunidades de trabalho em cada momento e lugar, 1997, p. 14).

Essa circularidade, na qual Portugal funcionava como um pêndulo, constituiu-se numa marca das migrações cabo-verdianas de outrora e, na contemporaneidade, transformou-se numa das características mais marcantes das migrações cabo-verdianas. A área Metropolitana de Lisboa passa assim a funcionar como ponte para o resto da Europa,

transformando-se, muitas vezes, numa base de retaguarda e apoio para as comunidades emigradas na Europa.

No transcurso dos últimos 50 anos, vários países europeus emergem como destinos migratórios dos cabo-verdianos. Nesse período, começa a engendrar-se a rota migratória europeia que, posteriormente, vai sustentar o fluxo migratório contemporâneo para a Europa e o ciclo migratório intraeuropeu.

Nos anos 60 do século XX emergiu uma corrente migratória cabo-verdiana que foge um pouco à lógica das correntes rotineiras para a Europa e é, em sua essência, uma marca singular das migrações cabo-verdianas das últimas duas décadas e meia: é a corrente migratória cabo-verdiana para a Itália, integrada essencialmente pelas mulheres. Conforme Andall (1999), esse fluxo migratório foi amplamente impulsionado pela ação da igreja Católica e é graças aos seus apoios ao longo do percurso, particularmente entre Lisboa e Itália, que aquelas migrantes cabo-verdianas conseguiam os seus intentos.

Um século depois de contínua e obstinada migração, o contingente de cabo-verdianos residentes no exterior ultrapassa o total de cabo-verdianos que vivem em seu próprio país. Nos tempos mais contemporâneos, a rede constitutiva do sistema migratório cabo-verdiano envolve um vasto e diversificado leque de países dispersos pelos diferentes continentes, desde a África, passando pela América — em toda sua extensão, de Norte a Sul — e Europa, com propensão a, por um lado, consolidar os seus destinos migratórios tradicionais e, por outro, a diversificar-se um pouco, sobretudo no interior da União Europeia e em países limítrofes como a Suíça ou a Noruega.

A atual rede migratória cabo-verdiana revela-se bastante consistente, com uma amplitude e organização que evidenciam os preceitos demográficos identificados, antes, por Massey (1990) e, depois, por Van Hear (1998). Com base numa pluralização dos destinos migratórios e do seu alargamento pelos continentes africano, americano e europeu, as redes migratórias cabo-verdianas inauguram um genuíno fluxo migratório no qual se evidenciam núcleos migratórios que se destacam de formas diferenciadas. Nessa base, cidades como Lisboa, Roterdã, Roma, Boston, Brockton, Pawtucket, Providence, Paris, Léon ou Dakar — pela enorme importância que têm no bojo das migrações cabo-verdianas — emergem como núcleos fundamentais dessa rede. Já centros como Milão, Porto, Marselha, Rio de Janeiro, Bridgeport, Lausanne, Luxemburgo e Faro — cidades de menor importância no contexto migratório cabo-verdiano — afloram como núcleos secundários, alimentando e matizando a rede migratória, alargando cenários para fluxos contínuos e que comportam cada vez menos

ameaças para os migrantes. Nos diversos núcleos migratórios, os migrantes cabo-verdianos vão redefinindo e perenizando seus modos de estar no exílio, irrompendo, em todos eles, particularidades que decorrem de uma história migratória peculiar e da qual vislumbram-se novas perspectivas para os migrantes cabo-verdianos.

NOTAS FINAIS

As reflexões esboçadas no decurso desse texto possibilitam perceber que as migrações cabo-verdianas progrediram quer noutros tempos — particularmente na primeira metade do século XX, entre os anos 20 e 60 —, quer na contemporaneidade, nas bordas de um eixo principal, o Atlântico, desdobrando-se (conforme a conjuntura, favorável ou não) no sentido Sul-Sul ou seguindo a rota Sul-Norte e, esporadicamente, Norte-Sul.

Ficou evidente ainda que o vigor e os rumos dessas rotas migratórias foram se matizando no transcorrer do tempo, sem entretanto pôr em causa a posição das principais rotas, que se mantiveram estáveis ao longo de um século de migrações cabo-verdianas, em decorrência da quantidade de migrantes concentrados. Arregimentei e expus insumos que autorizam inferências sobre dinâmicas do capitalismo que interferem em processos migratórios cabo-verdianos; tais dinâmicas, como ficou evidente nas fases das migrações cabo-verdianas, ditavam um maior ou menor fluxo migratório, conforme demandas por mão de obra em países centrais; os dados arregimentados e expostos também levam à apreensão das vicissitudes vivenciadas pelos migrantes cabo-verdianos. Tais insumos facultam inferir, outrossim, que, a despeito dos bloqueios impostos pelos países de acolhimento, as migrações cabo-verdianas revelam ainda alguma tenacidade, ainda que em outros ritmos, menos acelerados, redefinindo enredos e abraçando rotas alternativas que as levam, por caminhos outros, aos seus destinos migratórios tradicionais.

Outra inferência que emerge da análise desses dados é o quão imbricadas são as relações que as comunidades cabo-verdianas, migradas em diferentes países, estabelecem entre si e com a sua pátria *mater*, a ponto de um entendimento plausível das experiências dessas comunidades migrantes passar obrigatoriamente pela contextualização, e a necessária compreensão, da realidade cabo-verdiana. Desde logo, porque, ao desenvolver reflexões sobre as migrações cabo-verdianas e incidir olhares sobre o arquipélago de Cabo Verde, a questão que de imediato vem à tona não é a da existência de uma obstinada emigração cabo-verdiana, mas, ao contrário, o porquê de tantos milhares de cabo-verdianos insistirem em

permanecer num aglomerado de ilhas semidesérticas e com precárias condições de sobrevivência¹⁴.

Explicam esta persistência e teimosia dos cabo-verdianos em não abdicar jamais do seu torrão natal a consistência e a tenacidade das culturas que fazem com que, mesmo longe dos seus habitats de origem, indivíduos recriem suas “terras” em outras terras, ainda que em condições diferentes e bastante adversas. Neste particular, a cultura cabo-verdiana é exemplar, pois, resiste e sobrevive dentro e fora dos limites do arquipélago. Mesmo aqueles que, por imperativos vários, se veem impelidos a emigrarem preservam, em seus íntimos, o país que os viu nascer, nunca perdendo vínculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Raymond A. (1978) *Cape Verdeans in America: Our Story*, TCHUBA - American Committee for Cape Verde, Boston

ANDALL, J. (1999). Cape Verdean women on the move: ‘immigration shopping’ in Italy and Europe, *Modern Italy*, 4(2): 241-257.

ANDRADE, Elisa. (1995). *As ilhas de Cabo Verde: da ‘Descoberta’ à independência nacional (1460-1975)*. Paris: L’Harmattan.

ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL (ANH) (1998). *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Ed. ANH, Praia.

BAGANHA, Maria; MARQUES, J. C. (2001) *Imigração e Política: o caso português*. Lisboa: FLAD.

CARLING, Jorgen. (2002). Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28(1): 5–42.

CARREIRA, António. (1972). *Cabo Verde - Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Porto, Imprensa Portuguesa.

_____. (1977). *Cabo Verde (Aspectos Sociais, Secas e fomes do século XX)*. Lisboa, Ulmeiro Ed.

_____. (1982). *The People of the Cape Verde Islands. Exploitation and Emigration*, Ed. C. Hurst & Company, London and Archon Books, Hamden, Connecticut.

_____. (1983). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia, Ed. Instituto Cabo-Verdeano do Livro.

¹⁴ Carling (2002), em reflexões sobre as migrações, toma a experiência migratória cabo-verdiana como referência, para analisar as aspirações e/ou capacidades para migrar, comparando os indivíduos que migram e os indivíduos que permanecem. Carling desenvolve estudos sobre os cabo-verdianos que anseiam emigrar e os que concretizam esta ambição, comparando os diferentes grupos — os que partem e os que ficam.

- COHEN, Robin. (ed.). (1997). *The Cambridge Survey of World Migration*. Cambridge University Press.
- FILHO, João Lopes. (1996). *Ilha de S. Nicolau Cabo Verde Formação da Sociedade e Mudança Cultural*. Praia, Secretaria-Geral Ministério da Educação, (2 Vol.).
- FRANÇA, Luís de [coord.] [et al.]. (1992). *A comunidade cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED).
- GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (Organizadoras), (2007) *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (ICS), 1.a edição.
- HALTER, Marilyn (1993) *Between Race and Ethnicity. Cape Verdean American Immigrants, 1860-1965*, University of Illinois Press, Urbana and Chicago.
- LOBBAN, Richard (1999) *History of Cape verde*, Oral presentation at the RIC Summer seminar, Providence.
- MACHADO, Fernando Luís. (1997). Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia - Problemas e Práticas*, (24): 9-44.
- MALHEIROS, Jorge M. (2001). *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, (policopiado).
- MASSEY, Douglas (1990) "Social Structures, Household strategies, and the cumulative causation of migration", *Population Index*, 56(1): 3-26.
- MASSEY, Douglas S. et al. (1993). Theories on International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, (19): 431-466. MONIZ, Elias Alfama Vaz. (2015). Circuitos atlânticos das migrações: inventariando incorporações culturais em processos migratórios cabo-verdianos — breves reflexões sobre a comunidade cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe. *Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais*, ano 2, nºs 2 e 3, 2014-2015.
- RAVENSTEIN, R. G. (1885). The Laws of Migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, 48: 167-227.
- _____. (1885b). The Laws of Migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, 52: 241-301.
- _____. (1889). The Laws of Migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, 52: 241-305.
- SASSEN, Saskia. (1988). *The Mobility of Labour and Capital*. Cambridge, CUP.
- VAN HEAR, Nicholas. (1998). *New Diasporas. The mass exodus, dispersal and regrouping of migrant communities*. London, UCL Press.

Elias Alfama Vaz Moniz

Doutor em História Social, professor visitante UFBA/FFCH/POSAFRO.